

JUSTIÇA CIDADANIA

CONSTITUIÇÃO
PÚBLICA FEDERAL DO BRASIL



ISSN 1807-779X
9781807779000
000143
Edição 96 - Julho de 2008
R\$ 16,90



MARCUS FAVER

INTEGRAÇÃO ENTRE OS TRIBUNAIS ESTADUAIS

Editorial: O ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO

1964 – A MALFADADA ODISSÉIA NO NAVIO PRESÍDIO RAUL SOARES

Orpheu Santos Salles

Editor

“A SEGUIR, A PORTA FOI FECHADA E ME PREPAREI PSICOLÓGICAMENTE PARA O PERÍODO DE INCOMUNICABILIDADE IMPOSTO E PARA O REGIME CARCERÁRIO QUE TEVE INÍCIO ÀS 15 HORAS DO DIA 22 DE JULHO DE 1964.”

Depois de ter atravessado na lancha da Capitania dos Portos o trecho de mar no estuário de Santos, entre o porto e o navio presídio Raul Soares, e ter subido a escada que levava ao convés, avistei de pronto os guardas da Polícia Marítima, postados em vários pontos do convés, todos portando metralhadoras e apontando em minha direção.

A primeira impressão foi péssima, angustiada, devido ao misto de medo e pavor pelo desconhecido que me esperava.

No convés, me esperava um graduado da Polícia Marítima, que se identificou como capitão Silva e mandou que eu seguisse um policial até uma sala onde fui apresentado a um sargento da Aeronáutica encarregado da administração dos presos no navio.

De posse de uma ficha que retirou do arquivo, o Sargento leu os meus dados pessoais, perguntou se os confirmava e mandou que abrisse a mala e colocasse sobre a mesa todos os pertences, inclusive os guardados nos bolsos.

Retirei da mala as roupas, objetos de higiene, livros, caneta e o pouco dinheiro que trazia e os coloquei sobre a mesa. Ato contínuo, o Sargento revistou as roupas e objetos, tornou a colocá-los na mala, separando os livros e o dinheiro, dizendo que estes ficariam acautelados e seriam devolvidos na soltura. Apelei pela posse dos livros, o que foi negado sob a alegação de

se tratarem de ordens do Coronel encarregado do Inquérito Policial Militar, e mais, que eu ficaria incomunicável até ser ouvido no inquérito. Nesse ínterim, adentrou no recinto um oficial da Marinha, diante de quem o Sargento se levantou, perfilou e apresentou continência, identificando o oficial como o Comandante do navio. Aproveitei a oportunidade para solicitar a sua interferência na liberação da posse dos livros, o que ele lamentou não poder intervir oferecendo uma Bíblia para leitura.

Recusei de pronto, pois há muito estava afastado da religião, mas, após uns instantes, lembrando que nunca a havia lido, reconsiderei e agradei ao Comandante aceitando de bom grado a gentil oferta.

Já estava com a mala nas mãos para ser encaminhado ao cárcere, quando lembrei de perguntar ao Sargento onde seria alojado, ao que respondeu: “No porão”. Incontinentemente, respondi que, por ser jornalista e ter curso superior, tinha por lei direito à prisão especial, em igualdade com os médicos, advogados, engenheiros e militares que se encontravam presos no navio. Diante da dúvida do Sargento o Comandante interferiu, confirmando o meu direito, e, assim, fui alojado em um camarote, que anteriormente tinha sido ocupado pelo cozinheiro de 2ª, nos tempos em que navegava.

O camarote onde fui instalado ficava no mesmo patamar

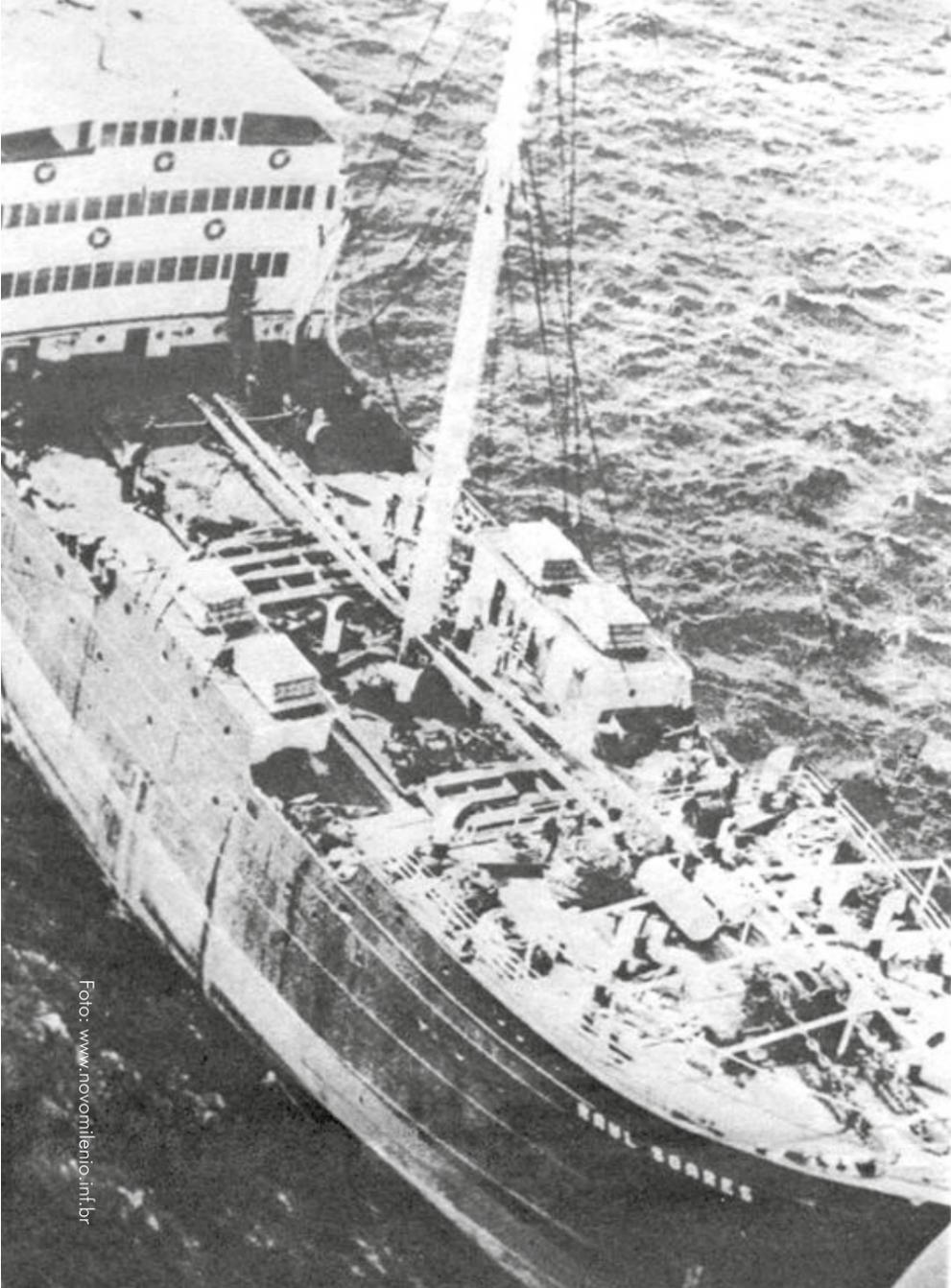


Foto: www.novomilenio.inf.br

sinal nos horários do café da manhã, do almoço, do jantar e do chá, à noite. A seguir, a porta foi fechada e me preparei psicologicamente para o período de incomunicabilidade imposto e para o regime carcerário que teve início às 15 horas do dia 22 de julho de 1964.

Passados alguns minutos escutei pequenas pancadas do lado esquerdo do cubículo. Ao encostar-me na parede consegui ouvir, por uma pequena fresta, uma voz meio sumida de alguém que se identificou como sargento Argeu, meu conhecido da Rádio Marconi, onde compareceu algumas vezes com outros companheiros, solicitando apoio para reivindicações da classe. Entendi, então, a razão da minha oitiva no IPM da Aeronáutica e previ, ao constatar a prisão do Sargento, outras conseqüências decorrentes daquelas conversas e encontros ocorridos na Rádio. Cauteloso, me identifiquei, notei a sua surpresa e, não querendo prolongar a conversa, combinamos nos falarmos, se possível, na hora do jantar.

Mais ou menos às 17 horas, ouvi uma sirene estridente com o aviso para o jantar, quando então foi aberta a porta do meu camarote. Entrei em uma fila e avistei vários conhecidos, inclusive o sargento Argeu, o jornalista Nelson Gato, o compositor Geraldo Vandré e mais alguns sargentos da Aeronáutica cujos nomes não me recordo. Na fila, com os demais presos, apanhei uma bandeja, um prato onde despejaram uma mistura de feijão, batata e arroz, acompanhada de um pedaço de pão,

do convés, media 3m x 2m, e continha uma pequena cama fixa no chão e na parede, um colchonete, um lençol e um cobertor, além de uma pequena pia. As paredes eram de madeira compensada com ripas intercaladas, pintadas na cor cinza desbotada e com várias frestas, onde se via a palha escura do compensado envelhecido. A porta não tinha fechadura interna nem maçaneta, era trancada por fora. Havia ainda no compartimento uma pequena escotilha envidraçada, com ferrolho para abrir e fechar, que na maré enchente dava vista para a Ilha do Guarujá e na vazante para o porto. O capitão Silva, que me conduziu ao local, disse que era proibido pôr a cabeça para fora da escotilha e que caso desobedecesse poderia ser transferido para o porão ou a escotilha seria soldada, ficando sem ventilação.

O Capitão ainda me avisou que a hora do rancho era precedida de uma sirene, e que eu prestasse atenção ao

uma banana e uma colher.

De volta ao cubículo, sentei na borda da cama e examinei a comida, cujo cheiro era desagradável, estando muito pior o paladar. Apesar de com fome por não ter almoçado, não consegui engolir nada além de algumas poucas colheradas; comi a banana e o pão e resolvi jogar o restante ao mar, utilizando a escotilha. Ao levar de volta a bandeja, o prato e a colher, como não estava sendo observado pelos guardas da Polícia Marítima, resolvi ir até a cela vizinha para falar com o sargento Argeu, tendo este me advertido do risco de sermos castigados, me alertando para voltar ao meu alojamento e tentarmos nos falar apenas através da pequena fresta.

Ao retornar à cela, bati na parede e chamei pelo Sargento, que de pronto atendeu. Pedi que expusesse a sua situação e relatasse o que sabia, quantos inquéritos estavam sendo conduzidos no navio, se eram dirigidos por militares ou civis

e qual o tratamento dado aos prisioneiros e seus parentes, bem como à visita de familiares e advogados dos presos.

O sargento Argeu foi minucioso, relatou que existia Inquérito Policial Militar para todas as áreas da administração pública federal, com destaque para as Forças Armadas, sindicatos e contra os comunistas. Os inquéritos eram conduzidos por oficiais das três armas e contavam com a assistência de advogados recrutados das auditorias militares, do Banco do Brasil e da Caixa Econômica. Por enquanto, não havia notícia de espancamento, mas o tratamento dado aos que estavam no porão era terrível; pior que o espancamento era o alojamento, inundado até os tornozelos de água misturada com fezes e urina, além de ratazanas, piolhos, baratas e outros insetos nojentos. A maioria dos presos dos porões era constituída de trabalhadores, mais de uma centena de líderes sindicais, e marinheiros que vieram deslocados do Rio de Janeiro. Nas cabines do convés e na parte superior do navio estavam presos além dos 23 sargentos da Aeronáutica, dezenas de oficiais do Exército, da Marinha e da Aeronáutica. A visita era permitida aos domingos somente para mães, esposas e filhos, aos que não estavam incomunicáveis.

Em desabafo final, o sargento Argeu relatou: “Tem um filho da puta de um coronel da Aeronáutica, que tem feito incursões noturnas em residências, tentando violar filhas e esposas de presos. Minha esposa sofreu vexames em uma visita às duas horas da madrugada, sob justificativa de diligência para colher provas de subversão, apreensão de armas e dinamite. Esse canalha teve a petulância de passar as mãos e apalpar a minha mulher, e não fosse ela gritar pelo meu sogro, que estava dormindo e acordou com os gritos, este patife por certo tentaria praticar o estupro. Este canalha, quando eu sair, se não me matarem, farei engolir os próprios testículos”.

O Sargento continuou relatando fatos escabrosos acontecidos com familiares de presos, também desrespeitados e humilhados por oficiais militares, demonstrando a sua incontida revolta. Perguntado como era possível descer aos compartimentos do porão do navio onde se encontrava a maioria dos presos, informou que eu deveria me aproveitar da oportunidade em dia de visita aos presos ou quando da vinda do Auditor Militar – em uma das ocasiões que viesse fazer a correição e os presos subiriam ao convés –, para, na confusão, descer ao porão. Correria, entretanto, o risco de receber uma reprimenda ou até mesmo um castigo. As conversas com Argeu passaram a ser constantes e eu, certamente, dada a minha formação moral e estoicismo, pude trazer para o desesperado companheiro de prisão algum alívio espiritual e esperança para o futuro.

Em um dos inumeráveis dias seguintes, veio a bordo o auditor militar Tinoco Barreto, no exercício de Corregedor se informar sobre um *habeas corpus* impetrado. Deixo assinalado com justiça e alta consideração o nome deste bravo juiz, que no cumprimento de suas funções e atitudes tomadas contra as arbitrariedades, acabou por despertar a

ira dos militares opressores, sendo afastado de suas funções e posteriormente aposentado compulsoriamente.

Os dias transcorriam intermináveis, com as lamentações do sargento Argeu e as leituras da Bíblia, que se tornaram maçantes, mas, pior foram as noites de convívio com inúmeras baratas – cujo cheiro era repugnante –, com o que custei a me acostumar, tendo em muitas noites sido acordado com várias delas no rosto e no peito, causando nojo e vômito.

Ultrapassado o tempo da incomunicabilidade, pude receber a visita de minha mãe, então com 68 anos, e de meus filhos, Marcus e Junior, com 8 e 13 anos. Minha mãe, durante a visita não parou de chorar, lamentando a situação e o ocorrido. Meus filhos, apesar de advertidos pelos policiais, juntaram-se a outros meninos e tentaram percorrer o convés, no que foram imediatamente advertidos e impedidos de locomoção.

Com o objetivo de conhecer os porões do navio, apesar do desejo e vontade de permanecer na presença dos queridos entes, apressei a visita e, quando eles se foram, desci aos porões.

Ao avistar os primeiros presos no calabouço denominado por eles de “O Casablanca”, me veio à memória os versos de Castro Alves no poema Navio Negreiro. Só que não se tratavam de escravos mas, de brasileiros trabalhadores. Alguns, como os líderes sindicais Manoel de Almeida, Argeu Anacleto e Waldemar Guerra, estavam barbarizados em um cárcere imundo, amontoados como porcos numa pocilga. A imundice era pior, porque os animais talvez não sintam o forte cheiro do fedor, mas os humanos sim; parte do xadrez estava coberta de fezes e urina que exalavam um odor que feria às narinas. Alguns dos encarcerados que conhecia vieram até as grades e choraram. Waldemar Guerra que eu conhecia mais de perto, companheiro do PTB, chorou e soluçou. Apertou minhas mãos com força, não pronunciou palavra e tornou a soluçar. Eu me afastei chorando, não conseguindo ânimo para percorrer os outros 2 xadrezes, voltando ao convés.

Na visita, minha mãe havia trazido um bolo de nozes, que devorei quase todo, porque não era permitido pelos carcereiros do navio, levar para o xadrez comida ou frutas que as visitas traziam. Recusei o jantar e o chá.

Não dormi pensando na minha família, no sofrimento de minha mãe e na desgraça que se abatia sobre os infelizes presos que se encontravam brutalizados nos porões do navio. Nessa noite, as baratas não conseguiram me perturbar com sua presença e mau cheiro. O odor da chafurda de fezes e urina do “Casablanca” continuava impregnando não só as narinas, mas a minha alma.



Parte do relatado acima foi publicado em 1975, no semanário “Preto no Branco”, do Sindicato dos Jornalistas de Santos, e no Jornal do Brasil, pelo jornalista Fritz Utzeri, transcrito nas páginas 40/41, ed. 44, março de 2004, desta Revista.

Em edições seguintes continuarei relatando outras barbaridades acontecidas no malfadado navio Raul Soares.